

## Resenha de livro

ANDRADE, Maristela de Paula (Org.). **Chacinas e massacres no campo**. São Luís, Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, 1997 (Coleção Célia Maria Corrêa - Direito e Campesinato, v. 4).

### Gutemberg Guerra

*Doutorando da EHESS, 54 bd Raspail 75006 Paris e Bolsista da CAPES*

Este 4º volume da coleção que porta o nome de uma advogada de camponeses do Estado do Maranhão encerra diversos interesses. Revela-se como um resultado do esforço de associação entre pesquisadores preocupados em contribuir para o conhecimento de suas áreas específicas (antropologia, direito, sociologia), e militantes políticos e sindicalistas, envolvidos na defesa de camponeses em processo de exclusão de suas terras.

Apresenta cinco textos que analisam situações concretas da violência no meio rural amazônico, particularmente no Estado do Maranhão, mas com alguma referência ao Pará.

No primeiro deles, Alfredo Wagner Berno de Almeida, partindo de situações concretas, propõe relativizar o conceito de genocídio reconhecido nas disposições da ONU, de 1948. Segundo sua demonstração, a intencionalidade manifestada ou a proclamação dos atores a serem eliminados como elementos definidores deste conceito inviabilizam a sua aplicação nos casos estudados. As mortes nos campos

maranhense e paraense são uma prática recorrente e continuada, marcadas por um sinal verde ideologicamente desenhado na representação dos magistrados e nas ordens de serviço. Estas violências são, genericamente, definidas como chacinas ou assassinatos quando, segundo o autor, deveriam ser vistas como genocídio.

Maristela Paula de Andrade, em *Mudas de Eucaliptos no Cemitério dos Anjinhos*, reflete sobre a incoerência do poder público em financiar e apoiar investimentos de empresas que utilizam práticas agressoras aos recursos naturais, aos direitos fundamentais das pessoas e a grupos camponeses estabelecidos no Estado do Maranhão. Contribui no sentido de proporcionar uma nova leitura de aspectos do conflito entre camponeses e empresa privada, entremeado com a presença do Estado.

Tobias Aragão (*A destruição de Aldeia: Conflito Agrário e Processo Judicial*), Benedito Souza Filho (*Sábado de Aleluia tem carne. Conflitos Agrários e estratégias de reprodução camponesa*) e Valdemar

Barros (*O conflito de Belém: alguns aspectos da atuação do judiciário*) analisam três casos de confronto envolvendo camponeses, identificando a defasagem entre a neutralidade que deveria caracterizar o judiciário e sua parcialidade quando se trata de categorias desprezadas socialmente.

O trabalho é rico em dados de campo e estatísticas trabalhadas pelas entidades engajadas no estudo e na ação política. Indica lacunas, porém, seja no instrumental das agências oficiais para fornecer um quadro mais preciso sobre a situação de confronto vivido por estas categorias sociais, seja na insuficiência do trabalho teórico sobre o assunto. Demonstra como trabalhos alternativos podem contribuir no preenchimento destas citadas deficiências.

A descrição dos fatos a partir de depoimentos de testemunhas nos fóruns de denúncia ou nos documentos advocatícios é chocante. As histórias analisadas expressam o massacre (ou genocídio) em curso e as análises demonstram como estes fatos se explicam também por meio da concepção que os justificam.

Defeitos freqüentes na revisão dos textos e no tratamento editorial não diminuem a força do conteúdo apresentado, mas indicam dificuldades presentes neste tipo de empreendimento e implicam a perda de competitividade no campo da publicação científica. Merece a atenção de todos aqueles que trabalham sobre as transformações no meio rural.